

Prioridades Educacionais de Moçambique: análise da Influência do financiamento externo (1975-2018)

Mozambique's Educational Priorities: An Analysis of the Influence of External Funding (1975-2018)

Prioridades educativas de Mozambique: Un análisis de la influencia de la financiación externa (1975-2018)

José Luís Sousa Manjate¹

<https://doi.org/10.70678/sala8.v1i12.1973>

Artigo Científico

Linha de pesquisa: Política, Planejamento e Gestão da Educação

Resumo

A cooperação internacional é fundamental para suprir o défice orçamental do Estado moçambicano no setor da educação; contudo, questionam-se as prioridades impostas por estes financiadores. O objetivo deste estudo foi analisar a relação entre o financiamento externo e a definição das prioridades educacionais em Moçambique, entre 1975 e 2018. A metodologia consistiu numa revisão bibliográfica e documental, com buscas no Google Académico e SciELO, além da análise de documentos oficiais do Governo de Moçambique. Os resultados revelam que, no período em análise, os países do bloco socialista priorizaram o reforço do capital humano e a atribuição de bolsas de estudo. Em contrapartida, os países ocidentais e os organismos internacionais focaram-se no financiamento monetário, gerando uma elevada dependência externa. Conclui-se que Moçambique precisa de desenvolver mecanismos autónomos de financiamento, baseados em recursos locais, para resgatar a sua soberania e os seus interesses educacionais.

Palavras-chave: Financiamento da educação; Dependência económica; Moçambique.

¹ Doutorando em Educação, pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Pedagógica de Maputo – Moçambique; Mestre em Saúde Pública, pela Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique; Licenciado em Ensino de Educação Física e Desporto, pela Faculdade de Ciências de Educação Física e Desporto da Universidade Pedagógica – Moçambique. Assistente Universitário afecto à ESCIDE – Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique; Núcleo de Pesquisa em Epidemiologia, Actividade Física e Saúde-NUPEAFS sousajos86@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-8729-2303> Celular e whatsapp: +258 86 780 67 40.

Abstract

International cooperation is fundamental to addressing the Mozambican state's budget deficit in the education sector; however, the priorities imposed by these funders are questioned. The objective of this study was to analyze the relationship between external funding and the definition of educational priorities in Mozambique between 1975 and 2018. The methodology consisted of a bibliographic and documentary review, with searches on Google Scholar and SciELO, in addition to the analysis of official documents from the Government of Mozambique. The results reveal that, during the period under analysis, the countries of the socialist bloc prioritized strengthening human capital and awarding scholarships. In contrast, Western countries and international organizations focused on monetary funding, generating a high level of external dependence. It is concluded that Mozambique needs to develop autonomous financing mechanisms, based on local resources, to reclaim its sovereignty and its educational interests.

Keywords: Education funding; Economic dependence; Mozambique.

Resumen

La cooperación internacional es fundamental para abordar el déficit presupuestario del Estado mozambiqueño en el sector educativo; sin embargo, las prioridades impuestas por estos financiadores son cuestionables. El objetivo de este estudio fue analizar la relación entre la financiación externa y la definición de prioridades educativas en Mozambique entre 1975 y 2018. La metodología consistió en una revisión bibliográfica y documental, con búsquedas en Google Scholar y SciELO, además del análisis de documentos oficiales del Gobierno de Mozambique. Los resultados revelan que, durante el período analizado, los países del bloque socialista priorizaron el fortalecimiento del capital humano y la asignación de becas. Por el contrario, los países occidentales y las organizaciones internacionales se centraron en la financiación monetaria, generando un alto grado de dependencia externa. Se concluye que Mozambique necesita desarrollar mecanismos de financiación autónomos, basados en recursos locales, para recuperar su soberanía y sus intereses educativos.

Palabras clave: Financiamiento de la educación; Dependencia económica; Mozambique.

Introdução

O financiamento externo desempenha um papel fulcral na mitigação do déficit orçamental no setor educativo moçambicano. Todavia, a dependência destes recursos externos suscita debates epistemológicos e políticos, uma vez que pode condicionar a definição das prioridades programáticas locais e comprometer a soberania nacional.

Atentos ao panorama histórico de Moçambique pode-se estabelecer uma leitura que ilustra que após uma jornada de educação colonial, caracterizada por atos de segregação racial e de classes, onde os moçambicanos foram severamente subjugados, relegando a sua própria história, cultura, línguas e educação ao plano secundário, o período pós-colonial foi caracterizado por uma corrida para a massificação educacional,

tendo se estabelecido a política de escolaridade obrigatória para todos, nomeadamente, para crianças, jovens, adultos, homens e mulheres.

Neste período, devido a herança do sistema educativo colonial, que proibia que a maior parte dos moçambicanos pudesse frequentar a educação formal e se formar em áreas de alta abstração académica, poucas infraestruturas escolares e recursos humanos originalmente moçambicanos existiam, por isso houve a necessidade do governo do dia se reinventar, mobilizando a população a participar na expansão de escolas e em campanhas de alfabetização, onde os que já sabiam ler e escrever eram os grandes atores da formação de outros moçambicanos sem essas habilidades (Intanquê; Subuhana, 2018).

Decorrente da rápida evolução e expansão da educação em Moçambique pós-independência, e tendo em conta que depois de 1975 o estado moçambicano ainda carecia de organização e planificação integradas como nação, mostrou-se pertinente a definição de um sistema de educação genuinamente moçambicano, o que se materializou em 1983, para além da inclusão de instrumentos orientadores, como foram os casos do plano diretor para o Ensino Técnico Geral (1994), Plano Estratégico para o Sector da Educação (1999-2005) e a revisão da lei do sistema de educação de 1992 (Intanquê; Subuhana, 2018; Quimuenhe, 2018).

Nos anos seguintes, foram criados vários instrumentos que regula (ra) m o setor da educação, muitos deles que visam garantir a inclusão de todos os moçambicanos, a qualidade do ensino, bem como assegurar que o processo educativo confira competências no final de cada ciclo, no meio da competitividade, onde atores privados também encontram espaço para colaborar na educação. Estes processos têm registado dinamismo com a revisão da lei do sistema Nacional da educação de 2018.

Face à grande demanda no setor educacional moçambicano, aliada à natalidade e a necessidade da expansão de escolas, sobretudo determinado pelo comando constitucional, que estabelece a educação como um direito fundamental de todos e dever do estado e da família, surgem novos atores cujo fito é (era) de apoiar o cumprimento do desiderato constitucionalmente emanado, para além de servir de apoio

ao Programa de Reabilitação Económica, num estado que já vinha devastado pela herança colonial e pela guerra civil (Intanquê; Subuhana, 2018).

A atuação destes atores, muitas vezes, passa (ou) por ditar e estabelecer políticas económicas, incluindo cortes ao financiamento de projetos educacionais específicos, com pouca clareza, pelo menos considerando as informações disponíveis, colocando em questão a real intenção de apoiar ao desenvolvimento da educação moçambicana, por um lado, por outro criando dúvidas sobre o apoio às prioridades estabelecidas pelo setor público de gestão central e local da educação.

Este artigo, cujo tema é “Prioridades educacionais de Moçambique: análise da influência do financiamento externo (1975-2018)”, tem como objetivo analisar a relação entre o financiamento externo e a definição de prioridades da educação moçambicana no período compreendido entre 1975 e 2018.

O artigo encontra-se organizado em três capítulos temáticos, além da presente introdução e das considerações finais. O primeiro discute a cooperação internacional e a dependência externa no setor da educação em Moçambique, enfatizando o papel dos principais organismos internacionais. O segundo analisa a evolução histórica da cooperação internacional na educação moçambicana entre 1975 e 2018. Por fim, o terceiro capítulo desenvolve uma análise crítica do financiamento externo, com enfoque nos seus condicionalismos, implicações para a definição das prioridades educacionais e desafios para a sustentabilidade do sistema educativo.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma investigação qualitativa, de natureza descritiva, histórica e analítica, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. A opção por esta abordagem justifica-se pelo objetivo de compreender a evolução da cooperação internacional no setor da educação em Moçambique e analisar criticamente a influência do financiamento externo na definição das prioridades educacionais do país.

A pesquisa bibliográfica incidiu sobre artigos científicos, teses, dissertações e outras publicações académicas identificadas, principalmente, nas bases de dados *Google Académico* e *SciELO*. Complementarmente, realizou-se pesquisa documental através da

análise da legislação nacional, políticas públicas, planos estratégicos, relatórios governamentais e documentos produzidos por organismos internacionais que apoiam o setor da educação. Entre as principais fontes documentais destacam-se as Constituições da República de Moçambique, as Leis do Sistema Nacional de Educação, os Planos Estratégicos da Educação e documentos oficiais do Ministério da Educação.

A delimitação temporal compreende o período de 1975 a 2018, por representar um ciclo histórico e jurídico relevante para a educação moçambicana. O ano de 1975 assinala a independência nacional e o início da construção de um sistema educativo orientado pelos princípios do novo Estado, marcado pela massificação do ensino, campanhas nacionais de alfabetização e redefinição das políticas públicas de educação. O ano de 2018 corresponde à aprovação da Lei n.º 18/2018, de 28 de dezembro, que revoga a Lei n.º 6/1992, constituindo a mais recente reforma estrutural e funcional do Sistema Nacional de Educação no período em análise (Intanquê; Subuhana, 2018; Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2020).

Neste estudo foi realizada a análise documental e de conteúdo, permitindo identificar as principais fases da cooperação internacional, os mecanismos de financiamento adotados, as prioridades periodicamente definidas para o setor da educação e os condicionalismos associados ao financiamento externo.

Cooperação ou dependência internacional da educação moçambicana

Fazendo uma breve viagem pela história de Moçambique pode-se vislumbrar que o país é um espaço geopolítico fértil para as relações de cooperação e este processo encontra a sua génese aquando da luta de libertação do jugo colonial, quando se recorreu à ajuda externa em termos de treinamento, equipamento bélico, bem como o estabelecimento de escritórios da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em países vizinhos, como a Tanzânia e outros que apoiaram as suas aspirações de libertação.

Outros exemplos ilustram a prodigiosa capacidade do país de mobilizar cooperação externa, destacando-se os locais onde foram negociados a independência

nacional e o fim das hostilidades civis (a guerra de 16 anos). Além disso, a nação buscou recursos tanto em países socialistas quanto capitalistas para a reconstrução pós-guerra, englobando diversos setores de cooperação, com destaque para o ramo da educação (Diaz, 2018).

Apesar de a cooperação entre Estados ser uma prática histórica com resultados socioeconômicos relevantes, é pertinente analisar sua base epistemológica, já que os papéis nesse processo são ontológica e conceitualmente distintos. De um lado, atua o doador (sujeito - organismo, instituição ou Estado); de outro, o receptor (objeto - Estado ou governo). Essa distinção hierárquica permite ao doador impor mudanças ou condicionalismos, relegando o receptor a uma posição frequentemente passiva (Diaz, 2018).

O enquadramento da análise acima sugere uma relação de dependência na cooperação entre as partes, o que coloca em debate os limites da soberania do Estado moçambicano frente aos interesses dos doadores. Decorrente da fragilidade econômica de Moçambique, essa dinâmica pode condicionar as negociações e resultar em exigências que interferem diretamente na autonomia do sistema educacional do país.

A cooperação externa com o setor da educação em Moçambique, âmbito desta discussão, encontra os seus alicerces na dificuldade que o país tem de financiar a sua própria educação, o que determina a necessidade da mobilização de parceiros internacionais, inicialmente, entre 1975 a 1990, através de vários países (socialistas até 1986 e posteriormente até 1990 países multipartidários), tendo se estabelecidos relações bilaterais e multilaterais, onde os recursos financeiros eram depositados diretamente ao orçamento do estado até ao ano de 2001 (Bonde; Matavel, 2022).

Para melhor direcionamento do apoio externo à educação em Moçambique, em 2002 foi criado o Fundo de Apoio ao Setor da Educação (FASE), também designado fundo comum, que é tido como um instrumento de grande importância ao financiamento do Plano Anual do setor, onde são utilizados os procedimentos definidos pelo estado para a aplicação dos recursos financeiros descritos por rubricas específicas, obedecendo o processo de planificação, orçamentação, execução e monitoria. Refira-se que a definição das prioridades do setor, financiadas pelo FASE, tem grande participação dos parceiros

depositantes dos fundos comuns (Bonde; Matavel, 2022; Ministério da Educação, 2012; Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2020).

Não obstante a existência do FASE, que na sua maioria são países parceiros que depositam o seu financiamento ao setor da educação, organizações financeiras, parceiras da educação, como os casos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) exercem o seu poder financeiro através da cota contribuída para vários projetos e programas da educação, conferindo-lhes maior poder na definição de políticas educacionais que o país deve seguir (Estevão; Chingore, 2024; Manhique; Zimbico, 2021, 2021).

Pode-se ler na brochura do Grupo Banco Mundial, [S.d.], que a sua estratégia passa pelo trabalho em estreita colaboração com o governo para:

Promover a responsabilização e prestação de contas e dar voz ao público, através de uma melhor governação económica e mais eficazes mecanismos de vigilância pelos cidadãos; aumentar o acesso equitativo a serviços essenciais através de uma maior eficácia na prestação de serviços por parte do Governo; e alcançar um crescimento sustentável e de base alargada, facilitando o investimento privado e robustecendo o potencial para o crescimento económico. (Grupo Banco Mundial, [S.d.]).

As aceções acima remetem a uma reflexão que “roça” à “sombra” ao governo, quando são introduzidos elementos concernentes à responsabilização e prestação de contas, sem a clarificação de a quem a ação é/deve [ser] imputada, mais ainda quando se introduz a ideia de uma governação económica mais eficaz a ser monitorizada pelo Banco Mundial. Por outro lado, mais adiante, podem ser lidas competências que, à priori, deveriam ser exclusivas do governo e não de entidades de cooperação.

Daí que, na educação moçambicana, afirma Estevão e Chingore (2024), pelo fato de se verificar grande interferência do Banco Mundial e do FMI, através da definição de políticas e prioridades, muitas vezes com ideias de expansão sem a observância da real necessidade educacional das populações moçambicanas, a qualidade encontra-se comprometida, com a maior parte dos jovens a concluir ciclos de aprendizagem sem competências para seguir aos outros ciclos, muito menos para a inserção no mercado de trabalho.

Assim, parece fazer sentido afirmar que a capacidade de influência financeira dos financiadores externos tem interferido nas políticas educacionais, gerando abordagens que muitas vezes desconsideram as necessidades reais dos alunos moçambicanos. Para contornar essa dependência, é razoável que o governo assuma a sua responsabilidade de garantir linhas de financiamento robustas para o setor, visto que a eficácia educacional é o pilar do desenvolvimento nacional.

Análise histórica da cooperação internacional na educação moçambicana

Não seria sugestivo partir para análise histórica da cooperação internacional na educação moçambicana, sem antes tecer breves considerações sobre a evolução no tempo da educação em Moçambique, cujos seus alicerces remontam aos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial.

Para o efeito, de acordo com Silva (2025) a educação em Moçambique do período colonial foi caracterizada por ser excludente, desigual e com grande fundamentalismo racial, instrumento largamente utilizado para a segregação e distinção das hierarquias, com o fito da afirmação do estado colonial, desfazendo, por essa via, um modelo de educação inclusivo e consequente, assente na transmissão geracional de conhecimentos fundamentais para a continuidade da vida familiar e comunitária, que vinha sendo praticado pelos autóctones no período pré-colonial.

No pós-independência, depois de 1975, houve a necessidade da expansão da educação para todos, haja visto que no período colonial esta era restrita ao colono português. Contudo, o governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) enfrentou vários desafios, nomeadamente, a falta de infraestruturas, professores qualificados, recursos financeiros, determinados pela fuga de técnicos para Portugal e outros para Rodésia, bem assim com as destruições causadas pela guerra de desestabilização (Silva, 2025).

Estes factos históricos serviram de base para a busca de financiamento ao estado, com particular enfoque, abordado neste manuscrito, para o setor da educação, com marcos próprios em cada período da construção do estado moçambicano.

Assim, de 1975 a 1986, período imediatamente a seguir a proclamação da Independência Nacional de Moçambique, a educação foi marcada pelo resgate dos valores da moçambicanidade, com grande foco na erradicação do analfabetismo, com influência do bloco socialista. Neste período deu-se a expansão do ensino básico, integrando a escola ao trabalho. O ponto mais alto da construção de uma identidade educacional de Moçambique resultou na definição do Sistema Nacional da Educação em 1983 (Aniceto, 2025).

No período em análise a grande prioridade do estado era de, para além de garantir a mentalidade nacionalista aos moçambicanos através da afirmação da sua soberania, educar e alfabetizar a todos como meio de redução dos altos índices de analfabetismo deixados pelo colono.

Para o alcance deste desiderato, o país enfrentou grandes desafios devido a necessidade de formação de professores, a utilização da língua portuguesa como meio de ensino, que não era de domínio da maioria dos moçambicanos, bem como o impacto da guerra civil, levando o país a recorrer ao bloco socialista para o apoio ao setor da educação (Aniceto, 2025; Intanquê; Subuhana, 2018; Zimbico; Cossa, 2018).

Nesta perspectiva, Países como a União Soviética, a República Democrática Alemã (RDA), Cuba e a Bulgária enviaram professores e técnicos cooperantes para Moçambique, adicionalmente, a RDA criou a Escola da Amizade e desenvolveu infraestruturas específicas para acolher alunos moçambicanos. Paralelamente, Cuba apoiou o setor educativo através da concessão de bolsas de estudo integrais a estudantes moçambicanos na Ilha da Juventude (Bonde; Matavel, 2022).

À par dos países do bloco socialista, algumas agências das Nações Unidas e Organizações Multilaterais como a UNESCO e a UNICEF ofereceram apoio técnico e financeiro à educação moçambicana, com particular enfoque na alfabetização de adultos e na estruturação curricular (Bonde; Matavel, 2022).

O período de 1987 a 1994 é marcado pela entrada do Banco Mundial e do FMI no apoio à educação moçambicana. Refira-se que este período é determinado pelo início da participação de privados na educação, bem como pelo impacto da guerra civil no sistema

nacional da educação, com destruições, abandono escolar devido ao êxodo causado pelo conflito (Matsimbe, 2023).

Neste período, o Banco Mundial e o FMI criaram parceria com o governo moçambicano para, inicialmente, adotar o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e posteriormente o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) em resposta à crise causada pelo impacto socioeconómico devido a guerra. Contudo, estas políticas liberais causaram a desvalorização do Metical e a agudização das desigualdades entre moçambicanos, determinando a existência de oligarcas e indivíduos abaixo da linha da pobreza no mesmo país, por um lado, por outro a imperiosidade do país assumir o financiamento como um empréstimo condicionado ao ajuste de políticas determinadas em Washington e não localmente (Bonde; Matavel, 2022; Hanlon, 2024; Muchisse, 2025).

Como forma de encontrar solução para o cenário ora descrito foi necessária a definição de políticas de ajustamento, com grande influência do Banco Mundial e do FMI. Estas políticas trouxeram grandes impactos aos setores sociais, como por exemplo na educação, onde se destacam cortes no financiamento à infraestruturas, na formação de recursos humanos que pudessem responder aos serviços básicos e o congelamento de salários dos professores, por outro lado, Muchisse (2025) descreve o recrudescimento de conflitos de interesse entre as políticas das instituições financeiras internacionais ora referenciadas e os grupos sociais nacionais, tendo resultado numa visão de desenvolvimento do país fragmentada.

Neste período, devido às restrições impostas pelos organismos em referência, foram introduzidas taxas de matrícula e propinas, sob o argumento de que o estado não tinha capacidade de arcar com os serviços educacionais de forma gratuita e universal, sendo, para o efeito necessária a participação dos encarregados de educação. Por outro lado, é introduzida a participação de privados na educação, estabelecendo um enorme fosso entre ricos e pobres, onde os primeiros tinham garantida uma educação de qualidade em escolas privadas e os outros ficavam com os resquícios educacionais caracterizados pela fraqueza institucional e de recursos humanos (Bonde; Matavel, 2022).

Entre os anos de 1995 e 2004, é dada a primazia a reconstrução das infraestruturas educacionais destruídas na guerra e a retoma da política de educação para todos, como forma de se reduzir os índices de analfabetismo que permaneciam altos devido a influência da guerra civil. É ainda neste período que o Ensino Primário é mais expandido em detrimento de outros níveis, como resultado das Cimeiras de Jomtien e Dakar, que estabeleceram o Ensino Primário Universal e a alfabetização como alicerces fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico, daí que organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI tenham condicionado o financiamento e apoios a este nível (Lima; Chaves, 2021).

A necessidade de expansão do ensino primário trouxe consigo a demanda na reconstrução e construção de novas infraestruturas educacionais e de contratação de novos professores, contudo, devido à enorme busca pela escolarização e ainda com parca rede escolar, resultou em turmas superlotadas e fraca qualidade, aliada a contratação de professores com formação inadequada (Cossa, 2020).

Este cenário motivou a necessidade da revisão dos modelos de financiamento à educação, tendo se encontrado a saída na criação do Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE), igualmente denominado Fundo Comum. Este fundo visava a redução da dispersão do financiamento, garantido que os valores fossem aplicados aos programas e projetos educacionais previstos nos Planos do setor (Bonde; Matavel, 2022).

Uma grande característica deste período é a agudização da dependência do país ao financiamento externo, com a introdução do Apoio Direto às Escolas (ADE) para a aquisição de materiais básicos, visando a redução de burocracias do nível central, provincial e distrital, contudo, estes mesmos fundos serviam, igualmente, para o funcionamento das escolas, com exceção do pagamento dos salários que continuou sob os auspícios do orçamento do estado moçambicano (Pedro, 2018).

Entre 2005 e 2018, conforme referido acima, o financiamento à educação sofreu grande influência externa, com destaque para o ADE e para o FASE, em contrapartida, entre os anos de 2016 e 2017 estes financiamentos externos, que serviam para projetos

de infraestruturas, contratação de professores e funcionamento institucional sofreu uma ruptura devido a dívidas não declaradas (Bonde; Matavel, 2022).

Essa ruptura desafiou à Educação no cumprimento das grandes aspirações do setor, definidas nas Cimeiras ora referidas, aliadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS - 4), desde 2015, que dentre outros preconiza para além do acesso à aprendizagem, o foco naquilo que se aprende efetivamente, o desafio da equidade, devido às disparidades regionais e de género, exigindo políticas mais adequadas para a retenção da rapariga na escola. Em suma, neste período, o foco do financiamento da educação ultrapassa os limites da expansão educacional para os aspectos inerentes a qualidade do ensino (Organização das Nações Unidas, 2015).

Análise crítica da influência do financiamento externo

Os capítulos temáticos anteriores ilustram os principais processos e vias que o país assumiu para a garantia da expansão da educação, bem como os mecanismos que tiveram de ser acionados para o seu financiamento. Com efeito, foi descrita a participação do bloco socialista, dos países multipartidários e dos organismos internacionais, cabendo a este estágio do manuscrito a sua apreciação.

Assim, pode-se descortinar que desde a independência a educação moçambicana tem sido fortemente condicionada e moldada pelos doadores externos que, mercê das agendas e metas internacionais mais globais, tem priorizado o ensino primário e, mais tarde, a educação básica em detrimento dos outros níveis de escolaridade.

Consubstancia a ideia acima o fato de instituições como o Banco Mundial e o FMI participarem com forte influência na governação moçambicana, principalmente na definição de prioridades, que incluem reformas administrativas e descentralização nem sempre alinhadas com as reais necessidades locais. Por outro lado, o seu financiamento é direcionando exclusivamente ao ensino primário, em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio e mais tarde com os ODS-4, relegando os outros níveis ao atendimento através de poucos recursos alocados por meio do Orçamento do Estado (Bonde; Matavel, 2022).

Este cenário, para além de condicionar negativamente os ciclos subsequentes do subsistema de educação geral, nomeadamente os ciclos do ensino secundário, negligencia os outros subsistemas de educação, incluindo o do ensino superior, impondo, por essa via, uma abordagem não sistémica da educação moçambicana.

Por outro lado, ainda que o financiamento externo tenha surtido efeitos positivos na expansão do ensino primário apenas, a qualidade de ensino permaneceu aquém do esperado, na medida em que o país enfrenta rácios elevadíssimos de alunos por professor e ainda com infraestruturas bastante precárias, cuja a existência tem sido ciclicamente testada pelas intempéries (Bonde; Matavel, 2022; Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2024).

Sendo a educação a base para o desenvolvimento multiforme de uma nação, cabe a Moçambique o resgate da sua soberania através de um investimento interno adequadamente forte ao sistema nacional de educação, visto de forma sistémica e não fragmentada como tem sido sugerida pelos financiadores externos, ou seja, a educação moçambicana deve ser pensada e implementada a partir de dentro do país e não dos países e organismos internacionais financiadores.

Para o efeito, ainda que seja desafiante, visto que o país se debate com carências diversas, parece razoável que, através de uma visão estratégica, sejam mobilizados recursos internos, a partir da oferta natural que o país ostenta, por um lado, por outro, a maximização de receitas diversas e a elaboração e implementação de políticas de gestão eficazes, incluindo uma educação para o desenvolvimento, que se fundamente na sustentabilidade curricular, onde cidadãos são formados com alto nível de patriotismo e cidadania, afigura-se, igualmente, eficaz na mobilização interna do financiamento à educação.

A ajuda externa, refere o Grupo Banco Mundial, [S.d.], consubstanciado por Chadza; Naciaia; Aquimo (2023) deve servir como catalisadora e meio para o reforço da capacidade na transferência de tecnologias educativas e diversas ao país, para que este possa, gradualmente, assumir suas responsabilidades sem que se deixe substituir pelas instituições cooperantes.

Conclusões

Neste manuscrito percorrido por três principais capítulos, o objetivo foi de analisar a relação entre o financiamento externo e a definição de prioridades educacionais entre os anos de 1975 e 2018, em respeito aos principais marcos históricos e dos mais proeminentes atores financeiros da educação moçambicana.

Para o efeito, pode se concluir que entre os anos de 1975 e 2018, graças aos vários momentos históricos nacionais, diferentes atores exerceram influência no financiamento à educação moçambicana, com destaque para o período inicial, após a proclamação da independência, entre 1975 e 1986, onde grande parte do financiamento era garantido pelo bloco socialista, através do envio de professores e técnicos educacionais, bem como da atribuição de bolsas de estudos integrais aos estudantes moçambicanos.

O outro período que merece destaque é o que começa em 1987 até ao final da etapa em análise neste manuscrito, que foi caracterizado pela inclusão dos países multipartidários e de organismos internacionais no financiamento à educação moçambicana. Refira-se que este período constitui o marco para o estabelecimento da dependência externa moçambicana, com particular destaque para a educação, alicerce do desenvolvimento e da soberania.

A dependência causada pelo financiamento externo na educação moçambicana compromete (u) as agendas próprias do país, influenciando negativamente a qualidade da educação, por não se considerar as reais necessidades locais, devido ao despotismo dos financiadores na determinação das prioridades.

Este cenário sugere a necessidade de o país encontrar mecanismos independentes de financiamento à educação, através dos recursos localmente disponíveis.

Referências bibliográficas

ANICETO, Amandinho Baptista. CONTEXTS OF EDUCATION IN MOZAMBIQUE 1975-2025: A LOOK AT THE 50 YEARS OF NATIONAL INDEPENDENCE. v. 18, n. 7, p. 1-25, 2025.

BONDE, Rui Amadeu; MATAVEL, Princidónio Abrão. O Financiamento da Educação em Moçambique e seus Desafios. **Educação & Realidade**, v. 47, p. e119894, 2022.

CHADZA, Abissalão Rafael Saimone; NACIAIA, Arlindo Pichesse; AQUIMO, Saide. Pressupostos do financiamento da educação em Moçambique: fundamentos e sustentabilidade. **Revista Educação em Páginas**, v. 2, p. e12757, 17 jul. 2023.

COSSA, Neusia. **Translation Educational Challenges in Mozambique. Broken Chalk**, 2020. Disponível em: <<https://brokenchalk.org/translation-edu-challenges-in-mozambique-portuguese/#:~:text=Mo%C3%A7ambique%20tem%20demonstrado%20o%20seu%20empenhamento%20na,do%20or%C3%A7amento%20do%20Estado%2C%20mais%20de%2015%25.>>>. Acesso em: 16 maio. 2026

DIAZ, José Alejandro Sebastian Barrios. LIMITES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: O CASO DE MOÇAMBIQUE. **Hegemonia: Revista de Ciências Sociais**, n. 24, p. 20, 2018.

ESTEVÃO, Farai; CHINGORE, Tiago Tendai. EDUCAÇÃO PARA DEPENDÊNCIA? AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO MOÇAMBIQUESA HOJE: UM OLHAR A PARTIR DE JOSÉ CARLOS LIBÂNEO. v. XII-2, p. 1-14, 2024.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Grupo Banco Mundial em Moçambique.**, [S.d.]. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.iese.ac.mz/~iesecmz/lib/publication/outras/cd_ppi/pastas/governacao/geral/artigos_cientificos_imprensa/moz_brochures.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2026

HANLON, Joseph. COMO O FMI CRIOU OS OLIGARCAS MOÇAMBIQUÊS QUE CAUSARAM A GUERRA E A MALDIÇÃO DOS RECURSOS DE CABO DELGADO. p. 165-192, 2024.

INTANQUÊ, Sabino Tobana; SUBUHANA, Carlos. Educação Pós-Independência em Moçambique. n. 26, 2018.

LIMA, Jociene Araújo; CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro. A CNDE e as diretrizes internacionais do Banco Mundial. **A CNDE e as diretrizes internacionais do Banco Mundial**, v. 2, n. 3, p. 1-7, 2021.

MANHIQUE, Crescêncio Ernesto; ZIMBICO, Octávio José. A contribuição do Banco Mundial na efetivação da parceria público-privada no sistema Educativo Moçambicano. **Sala 8: Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação**, v. 1, n. 1, 2021.

MATSIMBE, Hamilton. Emergência de ONGs internacionais em Moçambique, 1983 - 2000. **Emergência de ONGs internacionais em Moçambique, 1983 - 2000**, v. 19, n. 39, p. 231-251, 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Estratégico de Educação (2012-2016)**. Ministerio da Educacao, , 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Plano Estratégico da Educação 2020-2029**. , 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Estatística da Educação: Levantamento Escolar 2024**. Maputo: DIPLAC- Ministerio da Educacao e Desenvolvimento Humano, 2024.

MUCHISSE, Itélio Joana. Guerra Económica e Políticas das Instituições da Bretton Woods: Caso do Sector do Caju em Moçambique. **Guerra Económica e Políticas das Instituições da Bretton Woods: Caso do Sector do Caju em Moçambique**, v. 7, p. 98-120, 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo**. Genebra: OMS - Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2015.

PEDRO, Fiuza Jose. **Autonomia Financeira na Gestão do Fundo de Apoio Directo às Escolas em Dezanove Escolas Primárias das Províncias de Maputo Cidade, Gaza, Sofala, Tete, Nampula e Niassa**. Dissertacao—Maputo: Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Educacao, 2018.

QUIMUENHE, Ancha. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MOÇAMBICANA NO SÉCULO XX: LEI 4/83 E 6/92 DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. 2018.

SILVA, Nara Luana Leite. **Análise do Papel da Ajuda Externa ao Setor de Educação em Moçambique**. Dissertacao—[S.l.]: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2025.

ZIMBICO, Octávio José; COSSA, José De Inocência Narciso. O projeto do Ensino Primário para Todos em Moçambique: 1975 a 1990. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 3, p. 912-928, 1 set. 2018.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submetido em: 2025

Aceito em: 2026

Publicado em: 2026